Uma Nação de Onze Línguas? Diversidade social e linguística nas novas configurações de poder na África do Sul

*Pedro Lopes*¹

*Laura Moutinho*²

Resumo:

A África do Sul é um país com uma história recente inflamada por lutas por direitos. O fim do apartheid e a criação de ações afirmativas marcam importantes momentos nessa história. Este artigo enfoca algumas recentes reverberações desses marcos nas experiências de jovens na Cidade do Cabo. Nesse contexto, a competência em diferentes línguas e sotaques emerge como uma estratégia de disputa social, econômica e identitária, carregada de representações que rememoram os longos anos da política de racismo legal. Por meio da análise de entrevistas no formato de história de vida, pretende-se explorar essas estratégias enquanto manobras possíveis num complexo campo de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Língua; Raça; África do Sul; Diversidade; Cidade do Cabo.

¹ Mestrando em Antropologia Social pelo Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Email: pedro.lopes@usp.br

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Email: lmoutinho@usp.br

A Nation of Eleven Languages? Social and linguistic diversity in the new power configurations in South Africa

ABSTRACT:

South Africa is a country that possesses a recent history of inflamed fights for rights. The end of the apartheid and the creation of affirmative actions are important moments of that history. This article focuses some recent reverberations of those moments in the experiences of young people in Cape Town. In that context, the competence in different languages and accents emerges as a strategy for both social and economic dispute, and identity claims – entangled in representations that recover the long years of the racist policy. Based on an analysis of life-history interviews, the aim here is to explore those strategies as possible maneuvers in a complex field of power.

KEYWORDS: Language; Race; South Africa; Diversity; Cape Town.

Introdução

A diferença linguística é certamente um tema central da história passada e atual da África do Sul, fortemente relacionada às políticas raciais e ao apartheid, mas igualmente aos amplos esforços por *reconciliação*. A língua foi emaranhada à raça de modo inequívoco, especialmente ao longo do século XX, enquanto categorias que demarcam a diferença e desigualdade sociais no país (RIBEIRO, 1995). Com efeito, na “nova” África do Sul, a diversidade linguística ocupa um papel de destaque nos discursos pela (re)construção nacional. O novo projeto nacional tratou, portanto, de reconfigurar os símbolos dessa “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008).

A referência às diferentes línguas faladas no país tornou-se signo da diversidade nacional a partir de 1994, ano que marca o fim do regime de segregação com a eleição de Nelson Mandela. São muitas as falas que apontam essa direção, especialmente aquelas proferidas pelos idealizadores da nação democrática. Em um discurso inaugural como presidente, proferido na Cidade do Cabo, Nelson Mandela anunciou:

A democracia se baseia no princípio da maioria. Isso é especialmente verdade em um país como o nosso, cuja vasta maioria teve seus direitos sistematicamente negados. Ao mesmo tempo, a democracia requer que os direitos de minorias também sejam salvaguardados. (...) Deverá haver uma ordem social que respeite completamente a cultura, a língua e os direitos religiosos de todos os setores de nossa sociedade, assim como os direitos fundamentais dos indivíduos. (MANDELA, 1994, livre tradução nossa).

Assim o líder da renovação desenha a “nova” África do Sul, uma *“rainbow nation”*, unida em sua diversidade, configurada, no discurso de Mandela, não racialmente, mas em termos de cultura, língua e religião. A essa imagem nacional mobilizada pelo presidente articulam-se outros esforços por reconciliação nacional e reparação, sinalizando um tempo em que a defesa da diversidade e o reconhecimento do sofrimento³ daqueles que foram oprimidos pelo regime, especialmente os negros, ocupa um lugar central na retórica sobre a nação.

Este artigo aborda tal cenário de disputa pela (re)significação da diferença e da diversidade linguística na África do Sul. Partindo de um breve resgate de alguns momentos particularmente centrais na construção narrativa da nação sul-africana, procuramos compreender os sentidos da manipulação e do uso da língua entre jovens na Cidade do Cabo. Trata-se de investigar as remiscências do apartheid que emergem de suas falas, bem como

³ Ver, entre outros trabalhos sobre o tema, as análises de Ross (2006) e Feldman (2002).

o modo como esses jovens lidam com a nova defesa da diversidade linguística em um país que recentemente passou a ter onze línguas oficiais.

As reflexões de Bhabha sobre diferença cultural se mostram um interessante ponto de partida para este universo de debate, na medida em que o autor descreve uma construção de nação que parece diferir da retórica sul-africana atual. Nestes tempos em que se celebra a diversidade – na África do Sul, mas não somente –, vale a pena acompanhar o olhar de Bhabha para uma diferença que contesta os discursos nacionais tradicionais:

A diferença cultural não pode ser compreendida como um jogo livre de polaridades e pluralidades no tempo homogêneo e vazio da comunidade nacional. (...) A analítica da diferença cultural intervém para transformar o cenário de articulação – não simplesmente para expor a lógica da discriminação política. Ela altera a posição de enunciação e as relações de interpelação em seu interior; não somente aquilo que é falado, mas de onde é falado; não simplesmente a lógica da articulação, mas o topos da enunciação. (...) A diferença cultural não representa simplesmente a controvérsia entre conteúdos oposicionais ou tradições antagônicas de valor cultural. (BHABHA, 1998, p. 227-8)

Com base em Bhabha, podem-se localizar os discursos acerca da diversidade da nação enquanto estratégias de reconfiguração da “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008) sul-africana. De fato, o apelo à diversidade se faz notado nas falas de Mandela, no texto da nova Constituição (ÁFRICA DO SUL, 1996), nos relatórios da Comissão de Verdade e Reconciliação – em cujas audiências os participantes poderiam falar na língua de sua escolha –, ou mesmo nas políticas de ação afirmativa – sejam aquelas com base em critérios raciais, sejam as baseadas em critérios de gênero. Nesses discursos, há um objetivo manifesto e compartilhado de combate às formas de discriminação e exclusão historicamente construídas e atualmente vividas. Figuram aí

diversidades culturais de diferentes ordens – religião, língua, região, etnia/cultura, gênero, geração –, em alguma medida reunidas como as tais “polaridades e pluralidades” anteriormente referidas. Contudo, a história recente da África do Sul de fato é marcada por uma ampla reorganização política e social, que reposiciona sujeitos e mesmo as representações nacionais: abrem-se novos canais de enunciação. Assim, uma “comunidade nacional” que se pensa diversa e que atravessa um período de franca transformação nos apresenta um problema interessante à luz das observações de Bhabha: esse discurso de diversidade pode ser lido como uma prática que incorpora a diferença cultural – no sentido de fazê-la eficaz –, ou estaríamos lidando com seu silenciamento? A resposta certamente não é simples. Os esforços sul-africanos por “reconciliação” têm sido notados em diversos âmbitos como paradigmáticos, ora como exemplo a ser seguido, ora como insucesso⁴.

Neste artigo, iremos explorar outras dimensões de falas acerca das experiências de jovens moradores da Cidade do Cabo, que produzem o que nomeamos de “retóricas ambivalentes” (MOU-TINHO et al., 2010). Em outro momento, pudemos analisar parte deste material tendo como enquadramento o tecido urbano da Cidade do Cabo, focalizando relações não somente relativas à língua, mas também os encontros e desencontros – erótico-afetivos, de amizade, conflitos geracionais, relações raciais e expectativas relativas ao gênero – de jovens ambigualmente posicionados em um campo novo de interações regidas por referenciais ainda sob investigação. Neste texto, nosso objetivo é propor um olhar mais detido sobre as negociações acerca dos usos e sentidos da diversidade linguística na nova África do Sul. Neste sentido, a relação entre língua, raça, nação e classe torna-se um eixo articulador que permite pensar as transformações e persistên-

⁴ O romance *Desonra* de Coetzee (1999) se inscreve entre os que se mostram céticos às retóricas de reconciliação do pós-apartheid. Para diferentes apreciações críticas a respeito, especificamente, da Comissão de Verdade e Reconciliação enquanto tecnologia para produção da nova África do Sul ver Ross (2006), Feldman (2002) e Blaser et al. (2010).

cias ora em processo. Nas páginas que seguem, propomos um olhar detido sobre situações, cenas e contextos narrados pelos jovens entrevistados, com vistas a (re)compor um quadro complexo de interações sociais⁵.

Como na reflexão anterior, nosso foco diz respeito à *negociação* da diversidade e da diferença linguística em cena no país. São vozes que expressam posicionamentos peculiares frente à narrativa nacional: nascidos na década de 1980, esses jovens poucas vezes têm em suas memórias experiências diretas com o apartheid. Contudo, notam-se significativas reminiscências, especialmente relativas à fixidez do sistema de classificação racial oficializado pelo regime. O discurso mais recente da diversidade da nação, este sim fortemente presente nas suas trajetórias, ocupa um espaço ambíguo em seus relatos. Para alguns, a noção de uma diversidade constitutiva da África do Sul representa uma importante abertura dos “horizontes imaginativos” (CRAPANZANO, 1985) nacionais, vividos cotidianamente. Para outros, trata-se de um discurso oficial sem correspondência nas relações sociais. Nesse contexto, a negociação da diferença linguística torna-se um campo central de disputas por legitimidade e acessos.

O material em foco neste artigo foi produzido entre 2006 e 2007, no contexto da pesquisa *Relations among “race”, sexuality and gender in different local and national contexts*, financiada pela Fundação Ford e pelo CNPq.⁶ A pesquisa abrangeu três países

⁵ No sentido de criar uma interlocução com nosso texto publicado nos *Cadernos Pagu* (MOUTINHO et al., 2010), fruto da mesma pesquisa e portanto parte de uma mesma reflexão mais ampla, mantivemos os pseudônimos dos entrevistados idênticos aos ali utilizados, inclusive de forma a dar visibilidade às diferentes interpretações sobre, por vezes, uma mesma fala.

⁶ Estas reflexões se beneficiaram diretamente de duas outras pesquisas realizada na África do Sul com recursos da bolsa Produtividade\ CNPq, coordenadas pela Professora Laura Moutinho: 1) O Projeto *Entre a exclusão, o reconhecimento e a negociação: (homos)sexualidade e raça em uma perspectiva comparada Brasil e África do Sul*, (PQ2-2009-2011) também financiada pelo Edital Gênero\CNPq-2008) e o Projeto: *Sobre o Comando de um deus racista: políticas sexuais na África do Sul* (PQ2-2012-2014).

(Brasil, África do Sul e Estados Unidos) e seis cidades (Rio de Janeiro/São Paulo, Cidade do Cabo/Johannesburgo, São Francisco/Chicago), buscando resgatar os significados de categorias como raça, sexualidade e gênero entre jovens de 18 a 24 anos, bem como suas articulações em diversos momentos das trajetórias de vida desses indivíduos⁷.

Em cada uma das seis cidades que compuseram a pesquisa internacional, foram conduzidas etnografias em espaços de sociabilidade, entrevistas em profundidade com pessoas selecionadas a partir das experiências etnográficas, e aplicação de questionários fechados, que funcionaram como fonte suplementar de informação. No caso da Cidade do Cabo, o resultado foi a produção de 40 relatos etnográficos, 31 entrevistas – 6 a mais do que o previsto, visando dar conta especialmente das experiências e trajetórias de moradores de *townships*⁸ – e 48 questionários.

As categorias de classificação racial locais, como *white* ou *black* foram aqui mantidas em seu original em inglês, dado que seus correspondentes raciais cromáticos – branco ou preto, por exemplo –, não dão conta do significado racial historicamente construído das diferentes formas de classificação social, locais e linguísticas. As concordâncias dos termos, contudo, foram ajustadas às normas do português.

⁷ A coordenação local desta pesquisa foi realizada por Elaine Salo (UCT). Mario Ribas foi coordenador de campo do trabalho. Fizeram parte da equipe de pesquisadores: Blessing Masiyakurima, Cleo de Vos, Dale Choudree, Deborah Diedericks, Julie Aaboe, Martha Qumba e Phyllida Cok. Pedro Lopes e Marcio Zamboni sistematizaram os dados etnográficos e as entrevistas em profundidade produzidas pela equipe da Cidade do Cabo sob a orientação de Laura Moutinho (USP-Cebrap), que atuou na coordenação geral da pesquisa e trabalhou em parceria com a equipe local. As traduções do material de campo são de Pedro Lopes, sob supervisão de Laura Moutinho.

⁸ *Townships* foram regiões urbanas delimitadas no regime do apartheid, para a residência e circulação de pessoas não-*whites*. Ainda hoje, os antigos *townships* são regiões habitadas por população de baixa renda e o termo continua a ser empregado.

Narrativas Nacionais

Neste artigo a construção legal do apartheid será explorada na chave proposta por Michel Foucault (1999), segundo a qual, em tempos modernos, o Estado agiria de acordo com uma lógica biopolítica, de regulamentação e gestão da população – entendida menos nos termos de um povo ou uma nação, e mais como espécie ou população biológica. Assim, o discurso da raça e da segregação racial do apartheid seria uma forma de gerir o que se entendia por uma população desejável, ou, em outros termos, eugênica. Contudo, na definição de biopoder de Foucault, há outra dimensão a ser considerada: esse regime discursivo de saberes-poderes, seria operado pela articulação de uma dimensão biológica e estatal, de regulamentação da população, e uma dimensão orgânica e institucional, de disciplinarização dos corpos e indivíduos. Nesse quadro, a sexualidade opera como eixo articulador, um dispositivo que permite realinhar corporalidades e subjetividades individuais a razões e políticas de Estado.

Nesse sentido, caberia destacar a centralidade das políticas de gestão da sexualidade na construção deste formato de regime de racismo de Estado (MOUTINHO, 2004). Em especial, a partir das três leis estruturaram o apartheid, com a imposição de cortes populacionais: a *Population Registration Act*, de 1950, que delimitava os grupos raciais *white*, *coloured* e *native*; a *Group Areas Act*, do mesmo ano, que fixou áreas residenciais específicas para os grupos raciais; e a *Reservation of Separate Amenities Act*, que, já em 1953, instituiu a segregação espacial nos dispositivos urbanos, especialmente destinados a lazer e transporte. Embora as três leis sejam fundamentais e fundantes para a construção da política de apartheid pela demarcação da população em função da categoria raça e pela institucionalização de sua segregação oficial, faz-se necessário esclarecer o papel central das leis de regulação da sexualidade para a conformação dessa razão de Estado⁹ (MOUTINHO, 2004). A *Mixed Marriage Act*, de 1949, e a *Immorality Act*, de 1950, criminalizaram, respectivamente, os casamentos e os atos sexuais

⁹ Sobre a ideologia do apartheid, ver também Ribeiro (1995; 2002).

inter-raciais. O desmonte da política de apartheid também aponta a importância dada à sexualidade em sua constituição: já em 1985 são revogadas as últimas duas leis apresentadas – sendo este um dos primeiros passos no sentido da reestruturação legal sul-africana –, dando início de modo ambíguo a um período de “abertura”, visto que a *Group Areas Act* somente foi revogada em 1991. De todo modo, o regime somente foi oficialmente encerrado em 1994, com a entrada em vigor da nova Constituição interina, que ganhou seu texto atual em 1996.

Contudo, apesar da centralidade da gestão da sexualidade na construção do apartheid enquanto regime de racismo de Estado¹⁰, sua mecânica não se deu simplesmente seguindo os moldes dos projetos eugênicos de produção da “boa” nação, ou da nação “saúdável”, na Europa. Ou seja, não se tratou exatamente de um sistema estruturado com base em um discurso biomédico preciso, com uma implicação sociológica¹¹ – que poderia definir grupos “raciais” descontínuos, com destinos e aptidões coerentes a seu material genético/morfológico –, mas na defesa do *volk*, da “comunidade” africâner. É a essa peculiaridade, a defesa eugênica de uma “comunidade espiritual”, mais que uma “comunidade de sangue”, que Moutinho faz referência ao oferecer a seguinte distinção sobre a produção daquele que foi o ideólogo do apartheid: “este ponto do argumento diferencia a narrativa de Cronjé tanto das teorias “raciais” vigentes na Europa da primeira metade do século 20, quanto do determinismo biológico *stricto sensu*, substituídas pela noção de *volk*” (MOUTINHO, 2004, p. 378-9)¹².

¹⁰ Sobre o tema, ver também Foucault (2002).

¹¹ Tal como a eugenia é definida por Schwarcz (1993).

¹² O livro de Geoffrey Cronjé, *Um Lar para a Posteridade: a Solução permanente das Questões Raciais da África do Sul*, de 1945, representou um lastro importante para o regime de segregação. Suas ideias basearam a política do Partido Nacionalista Africâner, tanto num momento de campanha, quanto na implementação do sistema racista. (RIBEIRO, 1995; MOUTINHO, 2004)

O termo *volk* foi aproximado da imagem de uma “comunidade” africâner porque articula não somente uma ideologia racial, mas também se constrói como uma forma de nação, baseado em atribuições culturais e, especificamente, religiosas. Assim, conforme destaca Fernando Rosa Ribeiro,

A mistura do sangue é aqui altamente prejudicial, e ela é equacionada com a perda não só da especificidade de cada raça como também da perda da especificidade cultural (...). O “banto destribalizado” perde sua cultura, mas não consegue adquirir a cultura européia, senão superficialmente. Os “danos espirituais” advindos dessa situação são irreparáveis porque nenhuma assimilação é vista como possível ou desejável, da perspectiva de Cronjé. (RIBEIRO, 200, p. 487-8, ênfases nossas).

A impossibilidade da assimilação racial, mas também cultural, contudo, não se daria, na narrativa de Cronjé, sem mediações, sem que a mistura racial fosse intencionalmente evitada. Seria necessário conter dois perigos iminentes: o impulso dos mestiços, os *coloureds*, de passar por europeus, e o contato sexual inter-racial, que causaria a degenerescência, e que se buscou evitar com as duas primeiras leis do apartheid.

A gestão da sexualidade no quadro apresentado acima configura uma forma de operação dos cortes raciais, que, no caso, representam diferentes ontologias espirituais, que foram infligidos à sociedade. Se a sexualidade pode ser interpretada como um operador da gestão do Estado sul-africano, nos marcos do apartheid, a língua talvez também possa ser lida como uma forma de gestão do Estado e de constituição de subjetividades em função da categorização racial instaurada pelo regime, categorização essa fortemente espiritual, ou mesmo “*culturalizada*”. Ou seja, as diferenciações linguísticas podem ser observadas nas duas dimensões do biopoder delineadas por Foucault (1999): na regulamentação da população e na disciplinarização dos corpos e

sujeitos. Assim, entendemos as disputas linguísticas como um palco no qual se encenam experiências raciais e culturais que contribuem para a construção de narrativas de pertencimento e de projetos de nação. Se durante o apartheid a mistura de sangue foi entendida como “perda da especificidade cultural”, a língua deve ocupar um lugar central na mediação dessas aproximações e afastamentos – culturais e sexuais. A demarcação de línguas e sotaques facilmente identificáveis representa uma estratégia de diferenciação, mas também hierarquização, na fixação da diferença racial e sua localização nos corpos dos sujeitos.

Nesse sentido, adiantamos a fala de uma jovem sul-africana que expressa com eloquência essas articulações entre raça, cultura, sexualidade e língua. Nesse trecho, a entrevistadora interpela Veronica – uma lésbica *white* de 24 anos, moradora de uma região de elite da Cidade do Cabo, que afirmou, ao refletir sobre suas escolhas erótico-afetivas, que não namoraria *blacks* e *coloureds* :

- Se você encontrar alguém que seja coloured e seja atraente, você não sairia com a pessoa por ela ser coloured?
- Não, eu não acho que deixaria de sair com ela, mas definitivamente haveria problemas.
- Você pode descrever?
- Por exemplo, eu sei que haveria alguma resistência da minha família.
- Só porque ela seria coloured? Mesmo se ela fosse de classe alta?
- Nem tanto se ela fosse de classe alta. Sabe, a questão é que eu tenho uma família bem do tipo esnobe de classe alta inglesa. Meu pai é Master in English, então qualquer coisa que não seja...
- Um elegante sotaque inglês?
- Bem, não necessariamente. Na verdade, qualquer coisa que não seja um coloured anasalado do Cabo, se é que isso faz sentido...
- Claro, isso é bem inglês...

Além de eloquente para expressar o sentido cultural da noção de raça construído pelo apartheid, em sua vinculação com a língua¹³, a situação apresentada por Veronica evidencia a manutenção dos cortes raciais pelo controle da sexualidade em um exemplo vivido. Ou seja, em sua voz se vê uma materialização, numa dimensão cotidiana e corporal, de ecos da política estatal de gestão da população.

De volta ao cenário nacional, pode-se localizar a regulamentação das diferenças linguísticas na definição das línguas oficiais, aquelas nas quais estão escritas as leis, e nas quais são organizadas as instituições educativas. A última Constituição criada sob o regime do apartheid é de 1983 (ÁFRICA DO SUL, 1983). Nela, o inglês e o africâner figuram como línguas oficiais. Essa situação mudou apenas com a Constituição interina de 1994, e com sua oficialização plena em 1996 (ÁFRICA DO SUL, 1994, p. 1996). Nos dois últimos documentos, a diversidade de línguas é citada já no primeiro capítulo, tornando oficiais mais nove línguas, além do inglês e do africâner – onze ao total. A Constituição declara, inclusive, que é direito dos cidadãos o ensino escolar em língua de sua escolha, e não mais apenas o africâner e o inglês. Embora essa tendência à valorização da diversidade linguística figurasse na pauta das organizações internacionais¹⁴, é interessante notar que a oficialização das onze línguas tenha sido declarada pelo mesmo documento que buscou reorientar a política

¹³ Além da referência ao apartheid, emerge da fala de Veronica a remissão à colonização inglesa na África do Sul.

¹⁴ Exemplo dessa valorização é o relatório para a UNESCO “Educação, um tesouro a descobrir”, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (DELORS, 2000 [1996]). No documento, constam as seguintes observações a respeito da diversidade linguística: *Nos casos em que subsistem várias línguas, a alfabetização na língua materna, quando possível, é muitas vezes considerada como a mais indicada para o desenvolvimento escolar da criança, fazendo-se, a seguir, a transição gradual para uma língua veicular. De uma maneira geral, a diversidade linguística não devia ser considerada, unicamente, como um obstáculo à comunicação entre os diferentes grupos humanos, mas antes, como uma fonte de enriquecimento, o que vem reforçar a necessidade do ensino das línguas* (DELORS, 2000, p. 43).

racial da África do Sul, ocupando um lugar de destaque.¹⁵. Embora o preâmbulo da Constituição Brasileira também manifeste repúdio aos preconceitos, a sul-africana aborda diretamente a necessidade de sanar as divisões da nação:

Nós, povo da África do Sul,

Reconhecemos as injustiças de nosso passado;
(...) Acreditamos que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, unidos em nossa diversidade.
Nós, portanto, por meio de nossos representantes livremente eleitos, adotamos esta Constituição como a lei suprema da República de modo a:
Sanar as divisões do passado e estabelecer uma sociedade baseada em valores democráticos, justiça social e direitos humanos fundamentais; (...)
(ÁFRICA DO SUL, 1996; livre tradução nossa).

Após o preâmbulo, o primeiro capítulo da Constituição, “Princípios Fundamentais”, trata da defesa da igualdade, dignidade e liberdade humanas e dedica o mais longo de seus seis parágrafos à defesa da diversidade linguística. Assim, a promoção de um estatuto de igualdade às línguas oficialmente silenciadas pelo apartheid parece ser uma das estratégias para “sanar as divisões do passado”. Em outras palavras, a oficialização das onze línguas pode ser entendida como uma tentativa de ressignificar as categorizações raciais com base nas quais o antigo regime orientou sua política.

Não foi somente no plano legal – e constitucional – que o debate acerca da diversidade linguística foi travado na transição para a democracia na África do Sul. Evento chave para a compreensão do projeto de “*rainbow nation*” anunciado por Mandela, a Comissão de Verdade e Reconciliação também teve um papel simbólico destacado na concretização do discurso pela diversidade.

¹⁵ Para um contexto mais amplo desse debate na África Austral, ver Fry (2005).

Elaborada, em 1995, para investigar os atentados contra os direitos humanos, a Comissão organizou diversas audiências públicas nas quais vítimas e perpetradores encontravam-se cara a cara para apurar a *verdade* dos crimes e, através do enfrentamento da dor e do ressentimento, realizar a (re)conciliação da nação. A Comissão durou três anos e resultou em um longo relatório, propondo uma série de medidas de modo a reparar os danos profundos causados pelo racismo legal¹⁶.

Em sua reflexão acerca da experiência na presidência da Comissão, o arcebispo Desmond Tutu ressaltou a importância da liberdade para falar em língua de sua escolha nas audiências públicas, que contavam com uma ampla equipe de tradução simultânea. De fato, a Comissão ficou marcada em muitas memórias pela sua plateia com fones de ouvido – por meio de sua vastíssima divulgação em canais de televisão nacionais e internacionais, além do rádio em território sul-africano (por essas mídias também se podia ouvir os testemunhos dos participantes das sessões nas diferentes línguas nacionais) (TUTU, 1999).

As falas dos jovens moradores da Cidade do Cabo que serão apresentadas a seguir têm esse amplo cenário como contexto. Propomos, portanto, voltar o olhar para uma “nova” África do Sul, em processo de reformulação de sua engenharia legal, expresso por estas experiências concretas.

Uma nação de onze línguas?

Na realização das entrevistas com jovens na Cidade do Cabo, buscou-se compor um quadro de entrevistados que pudesse de algum modo corresponder à diversidade de experiências desses jovens. Assim, foram selecionadas pessoas com diferentes iden-

¹⁶ Parte do material produzido pela Comissão de Verdade e Reconciliação está disponível em: www.justice.gov.za/trc/.

tificações raciais, com uma distribuição semelhante entre homens e mulheres, e de diferentes orientações sexuais, bem como de distintas posições de classe.

Nesse universo, o recorte pelo tema da língua que aqui se operou permite encontrar nexos entre as falas de diferentes sujeitos. Os discursos sobre as línguas permitem dar um significado mais localizado às concepções sobre o que se negocia quando se fala em raça, classe, nação e geração, categorias pensadas, portanto, enquanto marcadores sociais da diferença¹⁷, socialmente construídos e permanentemente negociados.

Partindo-se da atenção às relações raciais sugerida pelas referências já trazidas a este texto, pode-se observar como as diferenças entre línguas misturam-se com as diferenciações raciais em alguns depoimentos. Tiisetso, uma lésbica *black* de 23 anos, manifesta essa imbricação de sistemas de diferenciação:

- e como você se relaciona com pessoas que não falam a mesma língua que você, como você lida com essa situação?
- Eu em geral me dou bem com as pessoas... apesar de ter alguma dificuldade em me relacionar com sul-africanos whites. (...) Acho que é porque eu não cresci com eles...
- Quais sul-africanos whites, africâneres ou ingleses?
- Sul-africanos whites, ponto.

O trecho acima é interessante na medida em que evidencia uma mistura entre as noções de língua, raça e nacionalidade no discurso da entrevistada. Ao ser perguntada sobre como se relacionava com pessoas que falam outras línguas, Tiisetso respondeu ter dificuldade de se relacionar com um grupo identificado pela

¹⁷ Para se ter uma ideia da produção recente sobre a área intitulada marcadores sociais da diferença ver o link <http://numas-usp.blogspot.com.br/>

combinação de uma categoria racial, *white*, e uma de nacionalidade, sul-africana, independentemente de falarem africâner ou inglês. Dito de outro modo, uma noção de raça – entendida em sua construção num contexto nacional específico – seria suficiente para explicar situações de contraste linguístico e alteridade. As pessoas com quem Tiisetso teria dificuldade de aproximação são aquelas que tiveram uma trajetória distinta da sua em termos raciais, expressos pela distância linguística.

A fala de Bsy, – uma jovem heterossexual *black* que diz ter crescido em contradição com os estereótipos de gênero em circulação em sua família – destaca que, exatamente pelo fato de alguns grupos de identidade racial compartilharem algumas línguas, torna-se possível convocar uma postura identitária com base neste conhecimento compartilhado. As situações que Bsy narra descrevem uma nação que vive novas contradições, um contexto no qual a possibilidade de mobilidade social e circulação por espaços proibidos pelo apartheid faz surgirem novos conflitos e demandas:

- Tem uma moça no meu trabalho que me irrita. Ela é bacana em outros sentidos, mas ela é black e está sempre... Tipo, hoje eu estava com um grupo de pessoas white no meu intervalo de almoço e há esse pressuposto de que se você vir uma pessoa black você deve cumprimentar porque você também é black. Ou seja, quando eu não falo com alguém diria “ah, ela pensa que é melhor que nós”, ou “ela pensa que é white”, e na verdade eu simplesmente não quero falar com a pessoa.

- Isso em relação a pessoas de uma mesma classe social?

- Bem, não necessariamente, é só que se você está com um grupo de pessoas whites pensam que você quer ser white. Eu não sei por que as pessoas acham tão difícil entender que eu posso ter amigos whites (...) Eu faço amigos com base em interesses semelhantes (...) No ano passado aconteceu uma coisa que realmente me deu vontade de chorar. Tipo, a gente foi pra o mercado de pulgas de Milnerton, eu

e umas quatro pessoas whites. Em um momento, eu estava caminhando entre dois dos rapazes e um senhor black, de uns 50 anos, veio na minha direção, ficou me olhando com uma cara de repulsa e cuspiu no chão. É comum eu ter essas experiências... quando eu saio com um grupo de pessoas whites, ou com um cara white com quem eu esteja ficando... outras pessoas black costumam ter muito o que dizer, não em inglês, mas em zulu ou xhosa. Para mim é a coisa mais dolorosa.

Nesses dois casos descritos por Bsy, compartilhar uma língua e ser identificada como pertencente a um grupo racial permitiu a seus interlocutores que lhe demandassem uma postura mais rígida em relação aos cortes raciais históricos vividos no país. Essas duas situações de diálogo evidenciam não somente *concepções* de raça e nação articuladas a línguas, mas *práticas* de diferentes línguas e atos de fala que racializam interações pessoais. Nesse sentido, a língua não só operaria como uma dimensão cultural da diferença racial construída pelo apartheid, mas também uma performance capaz de racializar situações vividas.

Os dois últimos trechos permitem dimensionar as relações entre noções de língua e raça, fortemente atadas na história da África do Sul: a obrigatoriedade do ensino do africâner e a política de rígida segregação racial emergem dos relatos como fios que tecem essa interconexão. Conforme foi apontado acima, a atual Constituição da África do Sul afirma reconhecer a diversidade da nação ao permitir que o ensino escolar aconteça nas onze línguas oficiais, e não apenas no inglês e no africâner. Embora os jovens entrevistados tenham nascido na década de 1980, ou seja, num momento próximo ao final do regime de racismo legal, muitos deles trazem consigo narrativas sobre a dificuldade do aprendizado obrigatório do africâner, língua símbolo do apartheid (MOUTINHO, 2004; e MOUTINHO et al., 2010), enquanto principal memória dos tempos de segregação. A própria entrevista de Tiisetso apresenta uma experiência carregada por esses

índices. Ela manifesta, em alguns trechos da entrevista, a dificuldade que teve em aprender o africâner, obrigatório em sua escola, e como isso impactou a relação que ela estabeleceu com pessoas que falam a língua. Outros relatos mobilizam uma experiência semelhante. Thoni, um jovem *black* de 22 anos que sempre vivera em *townships*, é especialmente eloquente:

Eu lembro que na escola primária nos ensinavam africânder... Mas eu realmente não gosto. (...) O africânder é como qualquer outra língua, mas eu não sinto vontade de usá-la. Se uma pessoa viesse falar africânder comigo eu ia dizer pra ela ou ele que não entendo. Mas um comportamento maduro é poder mudar a forma como agimos. Por exemplo, agora eu diria a uma pessoa que eu não falo africâner (mas entendo). Meus amigos têm me dito que eu devia ao menos aprender, mas eu continuo relutante. Minha relutância tem a ver com a história, eu acho. Nós éramos forçados a falar africânder, mas agora vivemos em um país democrático e não há mais obrigatoriedade.

Nesse sentido, vale observar uma reverberação das reflexões de Bourdieu (1983) acerca da centralidade da experiência escolar na reprodução da língua legítima. Não somente isso, esses jovens defendem que, em larga medida, a experiência escolar e educacional é uma das linhas de força das diferenciações raciais por eles sentidas. A fala de Thoni é eloquente na defesa dessa posição. A obrigatoriedade do ensino de uma língua na trajetória escolar evidencia o conflito e a hierarquia raciais e posiciona a escola como ambiente de produção do projeto nacional. Além de reproduzir hierarquias de classe, a escola, tal como expressa nestas trajetórias, é um palco no qual se encena a narrativa nacional.

Seguindo essa argumentação, nota-se que os marcos da legislação racista de obrigatoriedade do ensino do inglês e do africânder são deslocados pela oficialização da diversidade das onze línguas, abrindo um espaço de disputa por legitimidade profundamente contestado. Bsy, que anteriormente descrevera intera-

ções nas quais ela fora convocada a posicionar-se como *black* frente a grupos de pessoas *white*, oferece mais uma reflexão:

Eu entrei na escola quando tinha cinco anos de idade, e frequentava uma escolar sotho. Eu sou zulu, então era um ambiente multicultural. (...) Então eu aprendi a ler e escrever em sotho e em inglês, que também era uma língua da escola. Eu acho que isso foi bom. Sim, eu posso ver a diferença em relação aos meus irmãos, que estudaram em escolas em que se falava inglês e que, então, não sabem escrever em zulu ou sotho.

A fala de Bsy indica a competência nas novas línguas oficializadas na África do Sul – no caso, *sotho* e *zulu* – como uma marcação de diferenças de gênero. Ao contrário de seus irmãos, que estudaram somente em língua inglesa, ela frequentou escolas mais “multiculturais”, o que entende ser uma vantagem na nova África do Sul – mas não deixa de sugerir hierarquias de gênero e investimentos diferenciados em educação. O domínio do inglês destaca-se nesse novo cenário crescentemente valorizado, e um capital de acesso a universos até então vetados a jovens *blacks* ou *coloureds*.

O relato de Cindi – 22 anos, lésbica e *black*, moradora de *townships* –, evidencia algumas das transformações e hierarquias produzidas e atualizadas pelos novos sentidos que o inglês vem ganhando. Distante da celebração da diversidade linguística do projeto da “*rainbow nation*”, evocada na voz de Bsy, a narrativa de Cindi assinala a persistência das hierarquias raciais na África do Sul. Essa persistência, contudo, não é uma simples continuidade, mas atualização de desigualdades em um novo contexto em que classe social parece vir substituindo raça como explicação para a desigualdade – não necessariamente vivida nesses termos pelos sujeitos.

Eu acho que somos diferentes raças. Existem os whites, os blacks, os coloureds etc. De tempos em tempos, eu classifico ou caracterizo as pessoas por causa do passado. Mesmo assim, não te-

nho problemas com eles porque eles falam uma língua diferente da minha. Eu acredito que eles são humanos como eu. (...) Whites ainda têm mais oportunidade que nós africanos, por causa da língua. Por exemplo, no ano passado eu me inscrevi na UCT (University of Cape Town), mas não tive êxito porque o meu inglês não estava de acordo com os padrões. Minha primeira língua é xhosa, e eu amo meu xhosa (...). Eles não olharam para a performance acadêmica, mas para o inglês. Entende o que eu quero dizer? Whites têm mais vantagens por causa da língua e do dinheiro. Eles falam inglês em casa, têm internet nos seus quartos e recursos. (...) Whites têm oportunidades em todos os lugares. Essas pessoas têm dinheiro, eles podem ir a hospitais particulares a qualquer hora. Podem estudar no exterior, se quiserem. Dinheiro nunca é um problema para eles. A raça white é mais importante que qualquer outra raça aqui na África do Sul. Eles ainda conseguem os melhores empregos. (...) Eles têm melhores oportunidades de emprego por causa da língua e do acesso à informação. São expostos a outras coisas na infância.

Cindi identifica que classificar, ou melhor, categorizar as pessoas em função de seu pertencimento racial é uma herança do passado ostensivamente racializado. Contudo, ela postula: “somos diferentes raças”. A ênfase que Cindi dá às desigualdades de acesso, contudo, permite ver uma noção de raça vivida muito mais como classe social¹¹⁸ que nos moldes do apartheid. Ser de uma ou outra raça não significaria, nesse novo cenário, ter diferentes ontologias, biológica e espiritualmente diferenciadas (sobre isso, ver MOUTINHO, 2009; e RIBEIRO, 2002), mas ocupar uma posição de classe que se manifesta em barreiras econômicas e atitudinais. Embora Cindi perceba o racismo como um dispositivo institucionalizado e operante de hierarquização social, ele não é a linguagem oficial do Estado, nem um imperativo moral para a nação. Nesse contexto,

¹¹⁸ Para uma análise da produção recente da desigualdade social sob a ótica do gênero articulada a raça e a classe na África do Sul, ver Moutinho, 2012.

a competência no inglês apresenta-se como um capital-chave para a negociação de posições sociais.

As críticas de Cindi ao sentido excludente do inglês, contudo, não são consensuais entre jovens em situações sociais semelhantes. Clide, um jovem *black* homossexual também morador de um *township* apresenta uma interpretação diversa. Embora pertença a um contexto social semelhante, Clide tem uma trajetória mais marcada pelo sucesso acadêmico, e inserção satisfatória no mercado de trabalho. Assim, sua percepção do uso do inglês, língua em que é fluente, difere significativamente daquela apresentada por Cindi¹⁹:

Pessoas de outros grupos linguísticos... eu não tenho problemas com eles, contanto que falem uma língua que eu entenda. Se você quer se comunicar, fale comigo em inglês, e não venha falar africâner. Se você fala uma língua que eu não entendo, isso me diz que você está me discriminando.

No trecho, o entrevistado entende o inglês como uma língua possível para trocas no contexto nacional. Se nos anos do apartheid, o inglês e, especialmente o africâner, eram línguas oficiais da África do Sul, a estratégia de conceder um certo estatuto de igualdade para as onze línguas por meio de sua oficialização parece não convencer Clide enquanto uma resposta para os entraves comunicativos. Falar inglês bastaria como um patamar de comunicação viável na nação. Em outros termos, o entrevistado parece propor uma interpretação vivida para o texto da lei e da história, interpelando de modo peculiar o discurso da diversidade linguística.

O projeto de nação manifesto por Clide – e o sentimento de exclusão confessado por Cindi – expressam uma experiência gene-

¹⁹ Uma situação semelhante foi encontrada no campo da pesquisa em Johannesburg, em que se notou a competência no inglês como critério de diferenciação entre crianças *whites* e *blacks* no ambiente escolar. Sobre isso, ver Blaser et al. (2010).

ralizada. Apesar do peso simbólico do africâner na constituição de uma memória do apartheid, nas interações cotidianas o que realmente parece se destacar com maior força é o uso do inglês. Aliás, a maior parte dos jovens falou sobre a língua inglesa – em quase todos os casos, *na* língua inglesa – em algum momento das entrevistas. O relato de Mary, heterossexual e *coloured*, de 24 anos, oferece elementos para dimensionar o sentido que o uso do inglês teve em sua formação e relação com a família:

Eu fui criada para ser uma lady, com respeito... Não roubar ou mentir, e com uma formação fortemente religiosa. Minha mãe acreditava firmemente que, se você fosse falar, que falasse em inglês correto. A gente se metia em problema se falasse qualquer tipo de gíria.

Assim, vê-se o inglês operar de forma semelhante ao francês da reflexão de Fanon (2008), como uma língua carregada de um status *tensamente positivado*. Não somente signo forte nas disputas econômicas e simbólicas, como Cindi fizera notar mais acima, Anne salienta o sentido moral do uso “correto” do inglês. Ao co-tejar as falas de Cindi, Clide e Anne, vê-se o inglês se conformar como uma língua universalizante em um país que, paradoxalmente, oferece onze idiomas para a escolha de seus cidadãos. O sentido das escolhas possíveis nesse contexto de reconciliação e de reconhecimento dos que foram discriminados no passado, rememora as hierarquias raciais vividas nos longos anos de apartheid, mas também as atualiza em relações de classe e embates econômicos – que não deixam de ser simbólicos e mesmo morais.

Outras situações de interação, contudo, evidenciam que esse uso “correto” da língua inglesa é demandado e legitimado não somente em cenas familiares moralizadas, mas em interações marcadas por posições assimétricas de poder. Mandla e Muzi narram experiências de exclusão com base em cor/raça/etnicidade, apesar do domínio da língua, e, inclusive, em função disso, indicando que não basta a competência: é preciso estar autorizado ao uso de determinadas línguas e sotaques.

Mandla, um jovem *black* heterossexual, que narra uma trajetória muito peculiar – nascido no Zimbábue, vivera na Suíça antes de se assentar na Cidade do Cabo –, surpreende-se com situações de racismo apesar de seu pleno domínio do inglês. Sua condição peculiar de cor/raça/etnicidade, classe e nacionalidade o coloca em uma posição privilegiada, marcada em seu sotaque, mas preterida por aqueles que ele considera seus pares:

Eu também já sofri xenofobia, pessoas com a mesma cor de pele que eu me discriminando... Acho que o principal fator tem a ver com a minha origem, com o lugar de onde venho e a forma como fui criado. O fato de que eu falo inglês – e com algum sotaque – me coloca em uma certa categoria... Eu recebi essa educação, e meus pais, bem, eu não diria que são ricos, mas certamente tínhamos melhores condições de vida que a maior parte das pessoas em meu país. O modo como eu reagi a isso foi muito negativo no começo, eu era muito apologético aos benefícios (gifts) que recebia. Mas agora eu estou num momento no qual eu os encaro como uma responsabilidade – há muitas expectativas, ou você retribui ou faz alguma coisa com isso.

No testemunho de Mandla, o uso do inglês, em seu caso acrescido de um sotaque estrangeiro, por um lado sinaliza sua condição social e trajetória privilegiadas, deslocando-o de uma possibilidade de pertencimento pleno a uma identidade racial fortemente remetida à construção da nação. Por outro lado, esses mesmos elementos lhe oferecem uma chance de interpretar alguns contextos de discriminação como casos de *xenofobia*, e não racismo, utilizando-se assim de um vocabulário relativamente novo no contexto sul-africano para pensar processos de exclusão/inclusão, que, no país assombrado pelo apartheid, atualiza lógicas perversas em operação no regime anterior (sobre isso, ver MOUTINHO et al. 2010).

A narrativa de Muzi, um jovem *black* heterossexual, por outro lado, não apresenta tensões produzidas por uma performance

do inglês desautorizada no contexto local, mas talvez o contrário. Em seu relato, quem está desautorizado é o próprio sujeito da enunciação, embora a performance se apresentasse aparentemente impecável:

Se você diz, por exemplo, que é de Khayalitsha ou Philippi, não é como se não soubessem que é uma área predominantemente black ou que a escola que você frequentou era pública. É óbvio que você não tem como bancar uma escola particular. Então sempre tem formas de te localizar e de te posicionar. Por exemplo, eu tinha que ir a todos esses cursos de inglês para principiantes pelos primeiros seis meses para poder ter acesso... mesmo conseguindo acompanhar as coisas em um nível universitário. Teve uma vez que eu escrevi um ensaio que estava no nível do terceiro ano, e eu ainda no primeiro: acabei tendo que ir ao departamento de inglês (...). Lá eles me perguntaram que livros eu tinha lido e me pediram para entregar o arquivo do texto para verificar se não era plágio. E eu fiquei nessa reunião por uma hora com eles me perguntando por que eu tinha consultado aquele material e coisas do tipo... Se fosse um rapaz white que tivesse feito a mesma coisa, eu sei que eles não teriam agido da mesma forma.

Se, como observara Fanon, “Falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” (FANON, 2008, p. 50), o relato de Muzi evidencia que a assunção dessa cultura demanda em contrapartida o reconhecimento. Contudo, destaca-se em sua fala a possibilidade que parece ter sido aberta pelo discurso da “*rainbow nation*” de inversão da moralidade anunciada por Anne, que dissera ter sido criada para falar inglês como uma *lady*. A indignação de Muzi com o tratamento que recebeu na universidade não é somente uma demanda por igualdade de oportunidades: o jovem coloca sob suspeição a correção moral dos procedimentos de avaliação utilizados em seu caso. Nessa cena, Muzi recorre a uma moralidade que entrelaça algumas redes aderidas à defesa da diversidade na “nova” África do Sul, na qual uma atitude explicitamente discriminatória encontra-se desautorizada.

O caso dos jovens sul-africanos *whites* não está isento das ambiguidades observadas nas falas acima. A celebração da diversidade linguística e cultural da nação não é vivida sem que se rememorem constantemente as desigualdades que essa diversidade engendra. É curioso notar, contudo, que nos relatos de dois dos interlocutores *whites* da pesquisa o marco histórico a que se faz referência para se pensar a nação cindida não é o apartheid, mas o colonialismo.

O relato de Bill, um jovem *white* heterossexual, articula uma imagem de nação, que rememora essa história de colonização:

- Comparando a África do Sul a outros países, você acha que o racismo existe em outros lugares na forma como ele ocorre aqui?
- Essa é uma pergunta muito difícil. Ok, os países para onde eu viajei foram Inglaterra, Alemanha e Moçambique. A experiência que eu tive nesses países, no que diz respeito à raça, foi bem diferente das que tive aqui. Eu não consigo explicar por que, mas na Inglaterra a sensação era mais livre, porque parecia menos uma coisa de raça, parecia mais uma questão de nacionalidade. Quer dizer, eu me sentia bem confortável, porque é bem fácil um sul-africano *white* passar por um *white Englishman*. E porque eu tenho muitos desses males coloniais em mim, eu simplesmente sei como passar por inglês.

Assim, a associação entre a figura de um sul-africano *white* com um *white Englishman* parece possível e acessível em função de uma certa manipulação de atributos pessoais, em função do passado colonial inglês da África do Sul. No relato de Veronica – lésbica *white* de 24 anos, moradora de uma região de elite da Cidade do Cabo, anteriormente citada –, o sotaque britânico torna ainda mais evidente a estratégia de associação a uma outra nacionalidade enquanto possibilidade aberta pela história do país.

- Você já foi negativamente discriminada com base em local de origem, tipo, o seu sotaque inglês, por exemplo?
- Bem, no sentido de que isso definitivamente ajudou quando eu estava trabalhando como garçonzete. Eu não diria negativamente, na verdade, positivamente, porque quando eu tinha clientes ingleses, era definitivamente mais fácil para eu trabalhar com eles, eles sempre assumiam que eu era de algum outro lugar.

Os dois últimos relatos podem compor uma forma de contraponto aos anteriores, no sentido de refletir algumas negociações acerca do uso e significado do inglês numa rede na qual a sua difusão é mais generalizada, sua oficialidade e legitimidade são pontos pacíficos. Nesses casos, a língua articula algumas imagens de nacionalidade e de nação nas quais o inglês figura não somente com tom de neutralidade, mas positivamente afastado do africâner *white* símbolo do apartheid. Segundo os entrevistados, a nacionalidade inglesa parece poder ser presumida em alguns contextos de interação pelo sotaque, ou ser herdada pelo passado colonial: o sotaque britânico foi lido na situação narrada por Veronica como um indício de que ela deveria ser oriunda de “algum outro lugar”. Assim, se Bill conseguiu se passar por *white Englishman* na Inglaterra, também Veronica não foi vista como uma sul-africana *white*, mesmo na África do Sul.

Observa-se, a partir dessas narrativas – mesmo que no caso a referência não seja explícita –, uma associação entre a língua africâner e uma imagem (racializada) de nação sul-africana. Nas interações relatadas, estrangeiros de origem europeia não enxergaram a possibilidade de estarem frente a sul-africanos *whites* falantes de um inglês com sotaque britânico. Cientes disso, ao manipular o sotaque, esses jovens denunciam um passado não somente racista, mas colonialista que parecera até aqui obliterado pelas hierarquias de classe e desigualdades de acesso atualmente engendradas pelo domínio – ou não – do inglês nas experiências de sul-africanos *blacks*.

Considerações Finais

O que procuramos resgatar aqui foram movimentos de significação e uso da língua num contexto de diversidade linguística atual. Embora breves, os relatos permitiram compor uma narrativa acerca desses usos e significados, por meio da costura de diferentes vozes, num jogo no qual cada relato buscou problematizar e re-situar o anterior. Puderam ser observadas algumas dinâmicas envolvidas no uso da língua inglesa especialmente por sujeitos em disputa social, econômica e identitária na África do Sul.

A associação entre o apartheid e uma ideologia africâner – recentemente reconfigurada em termos de uma identidade específica dentro do leque multicultural da nação – apresentou-se nas falas dos jovens moradores da Cidade do Cabo fortemente representada em termos linguísticos. O recorte etário e geracional talvez tenha influído significativamente na força dessa associação, mas pudemos observá-la também, mesmo que de soslaio, nas imagens racializadas da nação sul-africana expressas pelas expectativas de estrangeiros em interação com sul-africanos *whites*.

O inglês, num primeiro momento, se apresentou ambigualmente como um patamar hierarquizado de comunicação no âmbito da nação. Expressando desigualdades de classe e acessos, a competência nessa língua atualiza também lógicas instaladas no regime de segregação, notadamente noções rígidas e persistentes de diferença racial. Outros relatos, contudo, visibilizaram imagens associadas a um passado colonial de alguma forma posto em segundo plano pela ostensiva associação entre o apartheid e a língua africâner. Nesse ponto, vale destacar que, no projeto nacional de “reconciliação”, é o apartheid – e não o colonialismo – que figura como ferida a ser sanada, mesmo que o segundo esteja no horizonte de uma série de reflexões, revisões e programas políticos.

Por fim, vale retomar a problemática da diversidade e da diferença trazida pela reflexão de Bhabha (1998) no início deste tex-

to. Na reconfiguração da “comunidade imaginada” sul-africana, notam-se estratégias de “reconciliação” que buscam deslocar a construção racializada da nação. Essas estratégias se baseiam em um discurso de *diversidade nacional* que efetivamente parece ecoar a imagem de um “jogo livre de polaridades e pluralidades no tempo homogêneo e vazio da comunidade nacional (...)” (BHABHA, 1998, p. 227). Podem-se ver esses ecos no discurso inaugural de Mandela como presidente:

Esses marcos (a consolidação institucional do Congresso Nacional Africano – movimento-chave da luta contra o apartheid e partido político no poder desde 1994) são uma expressão concreta do que a África do Sul pode se tornar. Eles falam de uma ordem política constitucional e democrática, na qual a lei vai garantir igual proteção a todos os cidadãos, independentemente da cor, gênero, religião, opinião política ou orientação sexual. (...) A missão em nossas mãos não será fácil. (Ela) requer de todos nós que trabalhemos juntos para dar fim à divisão, fim às suspeitas, e construir uma nação unida em nossa diversidade. (MANDELA, 1994, livre tradução nossa)

Portanto, talvez a oficialização das onze línguas nacionais, vista como uma estratégia em favor da “reconciliação” sul-africana, possa ser enquadrada nessa chave da *diversidade*. Contudo, ao dar legitimidade – e caráter nacional – às onze línguas, parecem ter-se aberto canais de produção de *diferença* cultural significativos. Cindi dissera: “Minha primeira língua é *xhosa*, e eu amo meu *xhosa*”. Não se trata somente de autoafirmação. Bsy observava sua alfabetização em *sotho* e inglês, diferente de seus irmãos, como um capital em interações cotidianas. Zethu depõe que seu domínio do *xhosa* e outras línguas africanas a destaca no mercado de turismo. Por outro lado, a falta de domínio do inglês representa um entrave a muitos africâneres idosos em regiões rurais (MOUTINHO et al. 2010). Esses processos não são simples e apontam direções múltiplas. Embora a Cidade do Cabo venha sendo caracterizada como palco extremado de desigualdades de

raça e classe no contexto pós-apartheid – representação observada mesmo na mídia brasileira –, notam-se ambivalências que atualizam, mas também deslocam hierarquias históricas.

Referências bibliográficas

ÁFRICA DO SUL. **Constitution of the Republic of South Africa**, 1996. Disponível em <<http://www.info.gov.za/documents/constitution/index.htm>>. Acesso em 15 de abril de 2010.

_____. **Constitution of The Republic of South Africa Act 200**, 1994. Disponível em <<http://www.info.gov.za/documents/constitution/index.htm>>. Acesso em 15 de abril de 2010.

_____. **Republic of South Africa Constituion Act 110**, 1983. Disponível em <<http://www.info.gov.za/documents/constitution/index.htm>>. Acesso em 15 de abril de 2010.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BLASER, Thomas; BAGNOL, Brigitte; MATEBENI, Zethu; SIMON, Anne; MANUEL, Sandra. “Raça” ressentimento e racismo: transformações na África do Sul. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 35, pp. 111-137, 2010.

BOURDIEU, Pierre. “A economia das trocas lingüísticas”. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 156-183.

COETZEE, John. **Desonra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CRAPANZANO, Vincent. **Waiting**: the whites of South Africa. New York, Random House, 1985.

_____. “Estilos de interpretação e a retórica de categorias sociais”. In: MAGGIE, Yvonne & RESENDE, Cláudia (Org.). **Raça como Retórica**: a construção social da diferença. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. p. 441-457.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília DF : MEC : UNESCO, 2000 [1996].

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FELDMAN, Allen. "Strange Fruit: The South-African Truth Commission and the Demonic Economies of Violence". In: KAPFERER, Bruce (ed). **Beyond Rationalism: Rethinking magic, witchcraft and sorcery**. NY/Oxford: Berghahn Books, 2002. p. 234-265

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. "Mais além da 'cultura': espaço, identidade e política da diferença" [1992]. In: ARANTES, A. A. (org). **Espaço da diferença**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000. p.31-49.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. "Aula de 17 de março de 1976". In: _____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRY, Peter. "Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesa e britânica na África Austral". In: _____. **A persistência da raça: Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. p. 43-94.

MANDELA, Nelson. [Discurso Presidencial] "Nelson Mandela's address to the people of Cape Town, Grand Parade, on the occasion of his inauguration as state president". 9 de maio de 1994. Disponível em: <http://www.info.gov.za/speeches/1994/990319514p1007.htm>. Acesso em julho de 2011.

MOUTINHO, Laura. **Razão, "Cor" e Desejo: Uma Análise Comparativa sobre Relacionamentos Afetivo-Sexuais "Inter-raciais" no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: UNESP, 2004.

MOUTINHO, Laura. "Ressentimento, dor e solidariedade: narrativas sobre raça, gênero e nação na "nova" África do Sul". Paper apresentado no XXXIII Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu, MG, entre 26 e 30 de outubro de 2009.

MOUTINHO, Laura. "Experiências do feminino na África do Sul pós-apartheid: ambivalências, ressentimentos e (re)negociações". Paper apresentado no Seminário Internacional Fronteiras em Movimento: deslocamentos e outras dimensões do vivido", Centro Cultural Banco do Brasil - São Paulo. Agosto de 2012. Organização: Diversitas\FFLCH\USP, 2012.

MOUTINHO, Laura; LOPES, Pedro; ZAMBONI, Marcio; RIBAS, Mario e SALO, Elaine. Retóricas ambivalentes: ressentimentos e negociações em contextos de sociabilidade juvenil na Cidade do Cabo (África do Sul). **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 35, pp. 139-176, 2010.

RIBEIRO, Fernando Rosa. **Apartheid e democracia racial: South Africa and Brazil in contrast**. Tese de doutorado, Universidade de Utrecht, 1995.

RIBEIRO, Fernando Rosa. A construção da nação (pós-) colonial: África do Sul

e Suriname, 1933-1948. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, vol. 24, no.3, pp. 483-512, 2002.

ROSS, Fiona. La elaboración de una *Memoria Nacional*: la Comisión de Verdad y Reconciliación de Sudáfrica. **Cuadernos de antropología social**. n.24 Buenos Aires, jul./dic. 2006

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TUTU, Desmond. **No future Without Forgiveness**. New York, Ed. Doubleday, 1999.

Recebido em 05.04.2012.

Aprovado em 10.05.2012.